

Esquerda tenta anular Reforma

Uso indevido de assinaturas é argumento usado contra o *Centrão*

O uso indevido de assinaturas denunciado por vários parlamentares, motivou o encaminhamento de dois requerimentos à Mesa da Constituinte, solicitando a anulação da votação do DVS do *Centrão* que torna intocáveis as propriedades produtivas, para efeito de reforma agrária. Os recursos foram impetrados pelos deputados Luis Freire (PMDB-PE) e pelo deputado Brandão Monteiro, líder do PDT. Indignado com a arrojada disposição do presidente da Constituinte Ulysses Guimarães de indeferir-lhes, Brandão Monteiro resolveu recorrer à instância máxima, encaminhando ontem mesmo ao Supremo Tribunal Federal (STF) um mandado de segurança para impugnar a votação do destaque de autoria do deputado Alysso Paulinelli (PFL/MG).

O líder Brandão Monteiro baseou o recurso encaminhado ao Supremo na constatação de pelo menos duas assinaturas falsas, dos deputados Fábio Feldman (PMDB-SP) e Aécio Neves Cunha (PMDB-MG), no requerimento de DVS do *Centrão*. "O Código Civil é claro quando estabelece que são nulos os atos jurídicos decorrentes de fraude, simulação, e é inquestionável a falsidade ideológica das assinaturas dos deputados Fábio Feldman e Aécio Neves", explicou o deputado.

Na opinião do autor do mandado de segurança, o

STF, neste caso, não pode alegar falta de competência para julgar o pedido de anulação, porque a fraude constatada configura crime. "É crime quem decide não é a Constituinte. É competência do STF", garantiu Brandão Monteiro, reclamando que a Mesa da Assembleia Nacional Constituinte não toma as providências necessárias para resolver casos semelhantes já registrados, como o do pianista que votou no lugar do deputado Sarney Filho e que continua "dormindo" nas gavetas do presidente Ulysses Guimarães.

— Mesmo diante das denúncias feitas em plenário, o presidente deu segmento à votação infringindo dispositivos legais. Assim como não há mulheres meio grávidas, não pode haver atos administrativos meio certos — prosseguiu o líder do PDT.

Como um dos nomes envolvidos no requerimento ilegalmente, o deputado Luis Freire (PMDB-PE) encaminhou formalmente à Mesa da Constituinte pedido de abertura de inquérito para apurar a fraude do requerimento de DVS, afirmando que não estava levantando suspeição de fraude, mas sim, confirmando a existência da falsidade das assinaturas e exigindo a apuração de responsabilidades. Configurada a fraude, após o inquérito, ele solicita seja marcada uma nova votação para exame da matéria destacada pelo *Centrão*.

— Esperamos que essa infeliz deliberação seja revista, sob pena de muitos de nós deixarmos de ter orgulho de assinar a nova Constituição — diz o texto encaminhado por Freire à Mesa da Constituinte.

Descrente em resultados práticos de qualquer destes recursos, o líder do PMDB na Constituinte Mário Covas diz que não vai adiantar nada a tentativa de anulação da votação. Ele continua defendendo a inoportunidade do DVS na situação do "buraco negro", uma vez que o regimento não diz que pode, nem que não pode. "Depende da visão do intérprete deste regimento. E quem é o intérprete? E o imperador. Isso fica inscrito na margem de arbítrio do doutor Ulysses", conformou-se Mário Covas.

Descontente com a inclusão de seu nome no requerimento do deputado Alysso Paulinelli, José Maria Eymael (PDC/SP) — mesmo votando com o *Centrão* em algumas matérias — encaminhou à Mesa solicitação no sentido de que seja formada uma comissão de inquérito para apurar as denúncias de fraude.

Ele explicou que havia assinado meses atrás uma emenda do *Centrão* que acabou não sendo apresentada e agora, "dolosamente, criminosamente, a assinatura fora utilizada sem um mínimo de escrúpulos, de forma indecente para viabilizar o tal destaque".

ADAUTO CRUZ



Pesquisa do professor Freire detecta excesso de partículas no ar do plenário



Constituinte fumante intoxica o plenário

CATARINA GUERRA
Da Editoria de Política

O ar respirado pelos constituintes durante as sessões mais tensas contém mais de quatro vezes a concentração máxima de partículas tóxicas admitida como aceitável pela Organização Mundial de Saúde. De acordo com a OMS, o ar para ser considerado saudável deve ter no máximo seis partículas por 0,15 milímetros quadrados, e as 35 lâminas espalhadas pelo plenário no dia da votação da reforma agrária denunciaram a existência de 25 destas partículas por 0,15 mm², produzidas principalmente pela fumaça de cigarros.

O teste da qualidade do ar do plenário foi feito pelo técnico Genebaldo Freire, professor de Ecologia da Faculdade Católica, a convite do deputado e médico José Elias Murad (PTB-MG). Genebaldo está preparando um trabalho sobre os efeitos do hábito de fumar na qualidade do ar em ambientes internos para apresentar na próxima reunião anual da SBPC e deu um diagnóstico grave aos que são obrigados a respirar o ar do plenário diariamente: "As pessoas que estão submetidas a este tipo de ambiente podem sofrer dor de cabeça, irritação na garganta e nos olhos, aumento da suscetibilidade nervosa e agravamento das condições de deficiências respiratórias".

A medição científica da poluição do plenário é a mais recente cartada do

deputado José Elias Murad na tentativa de fazer aprovar um projeto de resolução seu, em co-autoria com os deputados Antônio de Jesus (PMDB-GO) e Ricardo Izar (PFL-SP), assinado por mais de 161 constituintes, para proibir o fumo dentro do plenário. O combate ao cigarro e às drogas é a principal bandeira de Murad na Constituinte. Ele não perde qualquer oportunidade de discursar sobre o tema e há pouco mais de um mês apresentou este projeto à Mesa.

Segundo Murad, o próprio presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães (não-fumante), tinha se disposto a assinar o projeto como parte das comemorações do Dia Mundial contra o Tabagismo, 7 de abril, mas acabou não assinando. Murad até hoje não entendeu o porquê, assim como não entende o motivo que fez com que seu projeto não tenha sido apreciado até hoje.

A justificativa burocrática é que existem outros projetos na fila, mas há mais coisas entre o céu e a terra do que imagina nossa vã filosofia — diz Murad, citando Shakespeare. O líder da cruzada antitabagista acredita, no entanto, que os resultados da pesquisa de Genebaldo ajudarão a sensibilizar a Mesa da Constituinte para acelerar a apreciação de seu projeto de decisão.

O teste mostrou que são péssimas nossas condi-

ções de trabalho. Na minha opinião, já estamos pagando o preço por isso. Ninguém pode provar que o motivo é a fumaça de cigarros, mas é cada vez mais comum constituintes, passarem mal na sessão — comenta Murad, que faz questão de esclarecer que sua campanha não tem qualquer conotação moralista ou religiosa. "Embora estas também sejam razões respeitáveis, estou falando como médico".

Apesar da repercussão alcançada com o teste no plenário, Murad não descança em cima dos louros conseguidos e já prepara o próximo lance de impacto. Com apoio do deputado petista João Paulo Vasconcelos (MG), Murad solicitou à Mesa da Constituinte que providencie uma análise mais aprofundada da composição do ar no plenário. Esta análise seria feita pela Fundação, uma instituição que atua na área da medicina do trabalho e tem todo o instrumental adequado para o exame.

Entusiasmado com o efeito de sua campanha, Murad não disfarça o orgulho ao enumerar as gradativas adesões recebidas pelo grupo dos não-fumantes. "O deputado Adilson Motta (PMDB-RS) fumava três maços por dia e agora baixou para três cigarros. José Genoino (PT-SP) não fuma há três semanas e Rita Camata (PMDB-ES) está tentando parar também. Ficou sensibilizada".

Gadelha: Não pedi a saída de José Ignácio

O senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), líder de seu partido no Senado, disse ontem que jamais teve a intenção de pedir a destituição do senador José Ignácio Ferreira (PMDB-ES) da presidência da CPI que apura a corrupção no Governo. "O que estão fazendo é o samba do crioulo doido" — afirmou Gadelha, que sendo líder do PFL, não tem nenhuma condição técnica de pedir a destituição de um membro do PMDB na comissão.

"Na verdade o que eu disse é que o senador José Ignácio deveria renunciar à presidência da CPI, uma vez que é parte na causa que está julgando". Gadelha considera que Ignácio é parte porque assinou o ato nº 33 da Mesa Diretora do Senado (o senador capixaba é primeiro vice-presidente da Casa), que, tomando por base o decreto 94.042 do Governo Federal, reajustava retroativamente os preços de empreiteiros e fornecedores do Senado Federal. "Não pode o senador José Ignácio julgar a constitucionalidade de um decreto que foi utilizado na elaboração de um ato que ele próprio assinou".

O senador José Ignácio, por sua vez, fez questão de não considerar a hipótese de vir a ser afastado da CPI — "Ficarei até o final dos trabalhos" — afirmou. O senador Afonso Camar-

go (PTB-PR), fez um lacônico comentário sobre a possibilidade de Marcondes Gadelha conseguir o afastamento de José Ignácio: "Ele não pode ter dito isto".

O afastamento do senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) da CPI, que poderia ser pedido por Marcondes Gadelha como líder do partido, também é uma hipótese afastada. "Eu tenho este compromisso. Não só não pedirei que Chiarelli sala como não aceitarei renúncia de sua parte. Se eu o afastasse, poderiam me responsabilizar depois por não colaborar com a total apuração dos fatos" — disse Gadelha.

Ao final da noite de ontem, Gadelha distribuiu a seguinte nota:

"O líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB), desmentiu ontem que tenha feito qualquer declaração sobre uma articulação governista para destituição do senador José Ignácio (PMDB-ES) da presidência da CPI que investiga a intermediação de verbas. Gadelha considera a matéria absurda, pois o senador José Ignácio foi indicado pelo PMDB, a quem caberia fazer a indicação. Só o PMDB, portanto, poderia retirá-lo da Comissão. A notícia revela total desconhecimento do Regimento e não tem fundamento".

Atuação de Cid é criticada

Na defesa do devido cumprimento às determinações estabelecidas pelo regimento interno, o deputado Amaury Muller (PDT-RS), suscitou ontem questão de ordem para protestar contra a forma antiregimental com que, segundo ele, vem se conduzindo os trabalhos no Congresso Nacional. Foi durante sessão da Câmara, quando o parlamentar estranhou a ausência do relator Cid Carvalho (PMDB-MA) que simplesmente não apareceu para apresentar seu parecer às emendas ao substitutivo do projeto que regulamenta as eleições municipais deste ano.

Pela interpretação dada ao parágrafo quinto do artigo 193, do regimento interno da Câmara, o deputado gaúcho lembrou que, uma

vez tendo sido apresentadas as emendas na sessão de terça-feira, caberia ao relator apresentar numa sessão subsequente, o seu parecer que imediatamente é encaminhado a comissões técnicas para devida análise. Ocorre que o Congresso passa por uma situação atípica que é a elaboração da Carta Magna, o que provocou a paralisação do funcionamento de todas as comissões.

Afirmou Amaury Muller que tem sido na prática o relator dando parecer oral numa sessão subsequente àquela em que emendas são apresentadas a determinadas matérias. "O mesmo procedimento deveria ser aplicado, sobre o projeto das eleições, que ontem mesmo, poderia ter sido votado", disse.

Covas quer derrubar no 2º turno

A esquerda liderada pelo senador Mário Covas na Constituinte não considera que a batalha da reforma agrária esteja totalmente perdida. Ontem mesmo vários parlamentares anunciaram a intenção de promover uma grande mobilização, denunciando o retrocesso do texto aprovado, na tentativa de reverter a situação no 2º turno de votações. O líder do PMDB Mário Covas — responsável pelas articulações deste capítulo — diz que a margem de manobra para o 2º turno é muito pequena. "Mas se tiver jeito vou brigar. Depende da disposição das lideranças para negociar", avisou.

Uma das alternativas viáveis para melhorar o texto sobre reforma agrária, defendida ao mesmo tempo por Covas e pelo deputado Vivaldo Barbosa (PDT/RJ), é a supressão da expressão "função social" do texto constitucional. "Isso daria aos futuros congressos maior flexibilidade para definir, na legislação ordinária, o que é propriedade produtiva e se ela cumpre ou não função social", explica Vivaldo Barbosa. No texto sobre re-

forma agrária aprovado pelo *Centrão* com o apoio da UDR, "não se sabe nem o que é uma propriedade produtiva, quais os requisitos para que seja considerada como tal", completa o senador Mário Covas.

A tática do PT, segundo o deputado José Genoino, é tentar a aprovação de uma emenda supressiva excluindo do texto todo o inciso II do Artigo 221, que prevê a figura da "propriedade produtiva" insuscetível de desapropriação. Para que isso seja possível ele reconhece que será necessário a mudança de posição de vários parlamentares que apoiaram a DVS do *Centrão*. "Espero que haja uma mobilização de toda sociedade contra o que foi aprovado, uma proposta truculenta que vai radicalizar ainda mais a violência no campo".

Suprimindo a expressão "propriedade produtiva", Genoino acredita que pode-se afastar o obstáculo à realização do projeto de reforma agrária no País, jogando a discussão para a fase de elaboração da legislação complementar e ordinária. Se não conseguir melhorar o texto, o deputado petista anuncia desde já

que não poderá assinar a Constituição. "Eu acho difícil aprovar no 2º turno o destaque que modifique o que foi aprovado pelo *Centrão*. Mas temos de apostar nesta alternativa como o único caminho", diz.

O líder do PCB Roberto Freire apóia a tática petista e diz que a supressão da expressão "propriedade produtiva" iguala a questão da reforma agrária ao que prega a legislação em vigor. A lei define com certa clareza o que é ou não é uma propriedade produtiva. Do mesmo modo, ele concorda com a ideia de suprimir o texto que faz referência à função social, o que defendeu desde o início junto com o líder do PDT, Brandão Monteiro, sendo ambos votos vencidos dentro do processo de articulação das esquerdas. Roberto Freire entende que na Constituição a questão da função social ficaria amarrada, só podendo ser alterada por 2/3 do Congresso Nacional.

— Será melhor que o assunto seja tratado dentro da legislação ordinária — defende o líder do PCB na Constituinte.

Governo incentiva assentamento

O presidente José Sarney assinou decreto-lei hoje criando o Fundo Nacional da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Funmirad), que tem por finalidade captar recursos para financiar o assentamento de famílias nas terras desapropriadas dentro do Programa Nacional de Reforma Agrária. A principal fonte de captação de dinheiro é o Fundo de Desenvolvimento Social (Finsocial). O ministro Jader Barbalho estima que até o final do ano serão captados cerca de 80 bilhões de cruzados, para cumprir com a meta de assentar cerca de 200 mil colonos.

O Funmirad, segundo destacou Barbalho, era uma medida reclamada desde 1964, quando foi aprovado o Estatuto da Terra, através da Lei 4.504. A criação do instrumento foi possível somente a partir do momento que Sarney elevou o percentual do Finsocial de 0,5 para 0,6 por cento, lembrou o ministro. Os recursos também podem ser captados por convênios com órgãos públicos, doações de entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas. O Mirad também pode tomar empréstimos a instituições nacionais e internacionais, entre outras fontes.

O programa de reforma

agrária não tem correspondido às expectativas. Até o momento foram desapropriados apenas três milhões e 500 mil hectares, informou o ministro, mas foram assentadas somente cerca de 40 mil famílias. A demora do assentamento é decorrente especialmente da falta de recursos oficiais para custear os equipamentos necessários à fixação do homem ao campo.

O texto aprovado pela Constituinte, segundo Barbalho, não vai prejudicar o andamento da reforma agrária, porque até que a lei complementar seja aprovada, o programa será regulamentado pelo Decreto-Lei 2.363.